

Credores não pretendem

Div. Externa

nomia

quinta-feira, 5/2/87 □ 1º caderno □ 15

fazer concessões ao Brasil

Roberto Garcia

Correspondente

Arquivo — 6/8/85 — Ariovaldo Santos

Washington — Os bancos particulares estrangeiros credores do Brasil estão se articulando para resistir às exigências de novas e substanciais concessões, que esperam ouvir de representantes do governo Sarney tão logo abram as negociações para o reescalonamento de US\$ 77 bilhões da dívida, afirmam fontes financeiras. A resistência às concessões para todos os grandes devedores está sendo organizada por John Reed, presidente da Citicorp, que é a maior financiadora privada do Brasil.

A determinação dos bancos tem aumentado nos últimos dias, na medida em que os relatos das negociações do Brasil com seus credores governamentais no Clube de Paris começam a circular em Nova Iorque. Segundo um desses relatos, a delegação brasileira em Paris insistiu no atendimento total às suas propostas, recusou contrapropostas dos governos credores e, numa reunião dramática pela madrugada, ameaçou suspender os pagamentos da dívida, caso seus termos não fossem aceitos. Os governos credores do Brasil acabaram sucumbindo.

Reed, um banqueiro afável de 47 anos e cara de menino, que fala espanhol perfeitamente e arranha português por ter vivido grande parte de sua infância na Argentina, decidiu substituir o tom conciliador de seu antecessor, Walter Wriston, por uma atitude contra quaisquer novas concessões. Essa atitude mais firme da Citicorp foi revelada nos últimos meses em relação ao Chile e às Filipinas.

Colegas de Reed ressaltam que não há nenhuma hostilidade atrás da atitude dura do banco em relação ao Brasil, apenas interesse em maximizar lucros a curto prazo. Embora o Citicorp tenha US\$ 4,6 bilhões em empréstimos ao país, os juros que recebe do Brasil são responsáveis por uma parte substancial dos lucros registrados pelo banco nos últimos anos.

O presidente do maior banco americano não faz segredo da importância dos pagamentos dos juros da dívida do Brasil. Em declarações para o Wall Street Journal nesta semana, John Reed teria dito que "o cruzado é tão importante para os lucros do Citibank quanto a reforma das leis bancárias americanas (que permitira que bancos comerciais assumam funções que até recentemente só os bancos de investimento podiam desempenhar) ou a reforma fiscal aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos no ano passado.

Segundo o relatório anual do Citibank referente a 1975, 25% dos US\$ 998 milhões obtidos em lucros pelo banco naquele ano, isto é, US\$ 245 milhões, vieram de operações de empréstimos a países da América do Sul e da América Central. Isso foi o dobro do que o banco conseguiu de lucros com seus empréstimos a clientes governamentais e privados da Europa, do Oriente Médio e da África ou mesmo da região da Ásia/Pacífico.

O precedente em que muitos países devedores estão se baseando para reivindicar concessão dos bancos foi o pacote acertado com o México em setembro do ano passado. De acordo com os termos do pacote, aquele país pagará apenas 13/16% — menos de um por cento, portanto — acima da Libor para os US\$ 44 bilhões de sua dívida junto a entidades



John Reed organiza a resistência

particulares de crédito. A Libor é a taxa que os bancos cobram uns aos outros para empréstimos de curto prazo em Londres. Os vencimentos dessa dívida foram escalonados por mais de vinte anos. Além disso, os bancos tiveram que concordar em dar US\$ 6 bilhões em dinheiro novo e comprometeram-se a emprestar mais US\$ 2 bilhões ao México caso os preços internacionais do petróleo baixem demais, comprometendo as receitas de exportação daquele país.

Os bancos não queriam aceitar esses termos mas foram obrigados a fazê-lo, tanto pelo presidente do Banco Central americano, Paul Volcker, como pelo ex-diretor do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosiere.

Se os mesmos termos fossem aplicados à dívida do Brasil, Argentina, Venezuela, Chile e Filipinas, os lucros do Citibank referentes aos empréstimos para esses países ficaria reduzido a um terço do que foram em 1985.

Para resistir às pressões que espera dos países devedores, Reed está aumentando substancialmente as reservas do Citibank. No ano passado, essas reservas para enfrentar prejuízos eventuais subiram para Cz\$ 1,7 bilhão, 37% mais do que no ano anterior.

Além disso, os 12 bancos que fazem parte do comitê que negociará o reescalonamento da dívida brasileira, estão fazendo um grande esforço de relações públicas a fim de convencer segmentos da opinião pública de que a insistência em termos mais brandos para dívida reverterá em prejuízos a longo prazo para o país. "Se vocês quiserem os mesmos termos que Bangladesh ou o México conseguem serão tratados como esses dois países pelos mercados financeiros, isto é, serão tratados como países de economias quase inviáveis. As consequências para uma normalização do relacionamento com os bancos, para novos empréstimos voluntários e investimentos ficarão reduzidas", declarou um vice-presidente do Chase Manhattan ao JORNAL DO BRASIL.

Mas entre os próprios bancos há dúvidas quanto às possibilidades de que o governo brasileiro aceite essa argumentação. "Funaro não pesca essa nem que a isca venha embrulhada em ouro", comentou um funcionário brasileiro em Washington.